

GT - QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE: o processo de trabalho do assistente social no âmbito hospitalar

Majorry Rosemilly Pereira da Silva

RESUMO

Este artigo discorre sobre a atuação do Assistente Social no Âmbito Hospitalar. Diante das pesquisas bibliográficas realizadas, entende-se que uma das políticas sociais em que o assistente social está inserido é a Saúde Pública. Dessa forma, nos motivou a pesquisar mais a fundo acerca do tema escolhido com o propósito de entendermos sobre os desafios e as possibilidades de trabalho desta categoria profissional junto aos espaços sócios operacionais vinculados a rede pública de saúde. Tem como objetivo compreender e explicar a importância de como se operacionaliza os servicos do profissional de Servico Social dentro dos hospitais. A metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa bibliográfica foi através de trabalhos disponibilizados em PDF de autores da área, Constituição Federal, Lei Orgânica da Saúde -Lei 8.080, o Projeto ético político profissional do Serviço Social. Ademais, publicações do Conselho Nacional de Saúde, Conselho Federal de Serviço Social, o Scielo. Os resultados alcançados apontaram que a atuação do assistente social nos espaços de saúde contribui no processo de viabilizar os direitos sociais, realizando supervisões, acompanhamentos e identificando as vulnerabilidades sociais, sempre em busca de garantir uma melhor qualidade de vida ao paciente. Os desafios impostos no cotidiano do exercício profissional são eles: A falta de recursos públicos do governo não oferecidos ou bloqueados para o hospital, impedindo que o assistente social realize uma intervenção de qualidade; Além de vários tipos de expressões sociais, como: as violências, saneamento básico, ausência de cuidados, recursos financeiros, moradia entre várias outras guestões. Por tanto, o assistente social defende a política de saúde como direito de todo cidadão e dever do Estado, propondo-se a contribuir para essa garantia através do fortalecimento de seus princípios de universalidade, equidade e integralidade.

Palavras-chave: Serviço Social. Política de Saúde. Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda sobre uma análise da atuação do assistente social na política de saúde, especificamente no âmbito hospitalar. O trabalho buscou trazer a partir de dados referenciais a importância da atuação desse profissional e de sua profissão no contexto hospitalar, tendo em vista a elaboração deste trabalho científico.



Entende-se que uma das políticas sociais em que o assistente social está inserido é a Saúde Pública, dessa forma nos motivou a pesquisar mais a fundo acerca do tema escolhido e já mencionado, haja vista a necessidade de entendimento da delimitação do problema relacionado aos desafios e as possibilidades de atuação e trabalho desta categoria profissional nos espaços sócio ocupacional vinculado a saúde. Os objetivos foram de analisar como se dá o seu processo de trabalho dentro dessa esfera junto às políticas sociais, suas ações e legislações vigentes de acordo com o seu projeto ético político, seu código de ética e a lei de regulamentação da profissão.

A pesquisa apontou que a atuação do assistente social nas esferas de saúde contribui para a direção da objetivação dos direitos sociais. Faz supervisões e acompanha pacientes internados identificando todo tipo de vulnerabilidade social existente, sempre em busca de garantir uma melhor qualidade de vida ao paciente, compreendendo assim que a saúde é construída a partir de necessidades históricas e socialmente determinada que o assistente social a defende como direito de todo cidadão e dever do Estado, propondo-se a contribuir para essa garantia através do fortalecimento de seus princípios de universalidade, equidade e integralidade.

Nesse sentido, se faz necessário e importante a atuação do assistente social dentro do hospital, pois a doença é ocasionada pela ausência de fatores sociais, e diante disso, o profissional de serviço social é o único capaz de ter um olhar que vai além da doença, na busca de solucionar os problemas de vulnerabilidades além do tratamento medicamentoso.

Historicamente, a saúde pública no Brasil se configurou como uma política nacional a partir do início do século XX com a sistematização das práticas sanitárias, emergindo no contexto sociopolítico do país, na configuração do capitalismo brasileiro. Ademais, Segundo VASCONCELOS (2000), "A Saúde Pública está inserida no campo das Políticas Públicas e como direito social deve ser entendida como uma política de proteção às pessoas".

Sabemos o quanto a saúde pública avançou desde o seu início, deixou de ser restrito, passando a ser universalizado, tornando-se o Sistema Único de Saúde. Hoje,



a política social é considerada uma das maiores conquistas sociais da constituição de 1988, adquirindo os seus princípios e diretrizes nele exposto. Segundo a Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Const. F. 1988ª, Art.196).

2 SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE

A política pública de saúde é o setor que, historicamente, mais tem absorvido profissionais de Serviço Social. O Conselho Nacional de Saúde - CNS, através da resolução nº 218/1997, e o Conselho Federal de Serviço Social- CFESS, através da resolução 338/1999, reconhece e reafirma o assistente social como profissional de saúde.

Compreende-se que a saúde é construída a partir de necessidades históricas e socialmente determinada que o assistente social a defende como direito de todo cidadão e dever do Estado, propondo-se a contribuir para essa garantia através do fortalecimento de seus princípios de universalidade, equidade e integralidade. Um profissional importante no acompanhamento de pacientes, identificando suas vulnerabilidades durante o período de internação e possíveis situações de violência. Segundo Costa:

O trabalho do assistente social na área da saúde "cumpre o papel particular de buscar estabelecer o elo 'perdido' quebrado pela burocratização das ações, tanto internamente entre os níveis de prestação de serviços de saúde, quanto, sobretudo, entre as políticas de saúde e as demais políticas sociais e/ou setoriais" (COSTA, 2000 p. 62-63).

Cabem ao Serviço Social na área da saúde, tematizar, demonstrar e ampliar o direito à saúde, possibilitando a busca do mesmo e atenção a ela pelo paciente/usuário do serviço público, mediadas pelo direito à oferta de serviços que a própria população desconhece, pelo direito ao saneamento, pelo direito às condições



de trabalho, às condições e estilos de vida (cultura), à educação em saúde, como direitos sociais e obrigação do Estado.

Por esta razão, a política de saúde se torna uma área onde mais absorve assistentes sociais, fazendo necessário o processo de superação das vulnerabilidades expostas.

Pode-se dizer que a atuação do serviço social na saúde tem sido reatualizada por um investimento da categoria profissional as questões colocadas pela política de saúde e os usuários dos serviços, aliando as Diretrizes Curriculares da profissão a discussão da formação para o Sistema de Saúde.

3 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE

Baseado em tudo que foi dito até o momento, o processo de trabalho é entendido como atividade principal na fundamentação do ser social. O serviço social enquanto um trabalho coletivo aborda que é a partir dos componentes que se dá o processo de trabalho. De acordo com MARX (1985) "são o objeto ou a "matéria prima"; os instrumentos; o trabalho em si". Ou seja, uma atividade propícia a um fim, a matéria e os meios que se aplicam ao trabalho, o instrumental. Ainda pela linha de conceito de Marx, o único ser vivo que tem a capacidade de pensar e projetar ações é o ser social, tornando assim a questão social a principal "obra prima" de trabalho dos assistentes sociais.

O processo de trabalho é o mesmo desenvolvido em todas as redes de serviços de saúde, gerando um atendimento direto ao usuário nos postos e centros de saúde, policlínicas, institutos, maternidades e hospitais gerais, de emergência e especializados junto as suas ações distribuídas nas seguintes dimensões que complementam a atuação: Assistencial; em Equipe; Socioeducativa; Mobilização, Participação e Controle Social; Investigação, Planejamento e Gestão; Assessoria, Qualificação e Formação Profissional.

São essenciais as atribuições e competências nesse processo que devem ser realizadas no espaço sócio ocupacional pelo o profissional de serviço social, sendo elas orientadas pelo seu Código de Ética lei 8662/93 e a Lei de Regulamentação



8.662/93. Essas atribuições e competências estão relacionadas ao modo de possibilidades de atuação do profissional nas redes de serviços junto as suas ações. Uma dessas competências disposto no Artigo 4° da Lei de Regulamentação da Profissão é: Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam de âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Como atribuições privativas, que somente são realizadas pelo profissional de serviço social disposto no Artigo 5° também da Lei de Regulamentação: Coordenar, planejar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos e outras formas de seleção para assistentes sociais, ou onde seja aferido conhecimentos inerentes ao Serviço Social.

Faz-se necessário que o assistente social trabalhe de forma com as leis previstas para que haja uma boa atuação da sua profissão e gere bons resultados. Vale ressaltar sobre o que não são atribuições do assistente social no seu processo de trabalho, como por exemplo: Fornecer atestado ao paciente; Informar a família sobre o óbito; A evasão do paciente, entre outros fatores relacionados; Montagem de processo e preenchimento de formulários para viabilização de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), medicação de alto custo e fornecimento de equipamentos (órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção) bem como a dispensação destes; Identificação de vagas em outras unidades nas situações de necessidade de transferência hospitalar.

Pelo fato de muitos pacientes desconhecerem e a equipe multiprofissional sobre a importância do verdadeiro trabalho do serviço social, acabam levando em



consideração que "toda demanda que não é resolvida por nenhum setor é responsabilidade do serviço social" tornando o trabalho difícil e desafiador a todo o momento dentro do espaço ocupacional.

O Código de Ética Profissional também apresenta ferramentas fundamentais para a atuação do profissional, ao relatar como princípios: Reconhecimento da liberdade como valor ético central; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

São alguns dos princípios que também se fazem importantes e seguem a linha para a atuação de acordo com o seu Projeto Ético Político e suas Dimensões que falaremos a seguir.

Falaremos um pouco a respeito das três dimensões constitutivas para a realização do trabalho do assistente social, que também são de extrema importância para a prática profissional, onde o assistente social tem o dever de conhecer e aplicalas. São elas as Dimensões Teóricas Metodológicas; Ético político e Técnico Operativo. Compreendemos que as dimensões constitutivas do serviço social nada mais são do que os nossos direcionamentos profissionais escolhidos pela categoria ao longo da nossa construção sócio histórica.

Dimensão Teórica Metodológica - O teórico nos remete diretamente as seguintes teorias que nós absorvemos através de uma leitura para podermos intervir na realidade social durante a práxis profissional. A metodológica diz respeito ao modo de fazer da profissão. Ou seja, essa dimensão possibilita a análise do real, se aproximando assim da corrente teórica marxista;

Dimensão Ético Política- Refere-se à reflexão crítica, a respeito dos valeres morais existentes na sociedade que são fruto da criação humana;



Técnico Operativo - Constitui-se ao modo de aparecer à profissão, ou seja, como ela é reconhecida e conhecida pela sociedade, respondendo questões como: para quê fazer; para quem fazer; quando e onde fazer; o que fazer e como fazer. Guerra (2012) considera que, "a dimensão técnico operativa, como razão de ser da profissão, remete as competências instrumentais pela qual a profissão é reconhecida e legitimada. E é aqui que se inserimos os instrumentos e técnicas da intervenção profissional".

4 A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL E A SUA ATUAÇÃO DENTRO DO ÂMBITO HOSPITALAR

Como vimos anteriormente, o assistente social é um profissional de saúde e a sua principal "obra prima" de trabalho é a questão social, tendo o mesmo processo de trabalho em qualquer instituição de saúde. No âmbito hospitalar não é diferente, o assistente social busca atuar de acordo com as legislações vigentes (apesar de que o profissional precise seguir e respeitar as normas do órgão) pela busca de uma melhor qualidade de vida para aquele usuário. A sua atuação então se dá no momento em que os pacientes se encontram mais vulneráveis, buscando viabilizar os seus direitos. Através da visita ao leito, acompanhamento diário do doente e de sua família (que muda toda a rotina para poder participar de todo o tratamento do paciente), é elaborado relatórios de acordo a cada demanda e encaminhados aos respectivos órgãos ou instituições responsáveis.

Sabemos que a doença é ocasionada pela ausência de algo como, por exemplo: o saneamento básico, trabalho, alimentação, moradia. Sendo estes entre outros os fatores de se adoecer, o processo de cuidado deve ser feito não apenas da doença, mas também do combate do fator em sua casa ou comunidade que faz com que o indivíduo adoeça. Alguns outros casos também chegam ao hospital devido à falta de cuidados, como a violência e negligência, havendo necessidade que o assistente social faça os procedimentos adequados e encaminhamentos do caso. Segundo Bezerra e Araújo:



[...] todas as sequelas oriundas das más condições de vida decorrentes da falta ou da precariedade do trabalho, renda, moradia, alimentação, educação, informação, água, saneamento básico, entre outros, criam grandes contingentes de pessoas miseráveis, famintas, empobrecidas, desinformadas e doentes, que buscam os serviços de saúde trazendo consigo todas as necessidades advindas de um sistema que explora, espolia e abandona cotidianamente seus trabalhadores.", fazendo com que o Assistente Social seja um profissional indispensável no âmbito hospitalar (BEZERRA E ARAÚJO, 2007a, p. 78).

O profissional trabalha então no acolhimento ao usuário, buscando entender as suas reais vulnerabilidades, o orientando sobre seus direitos e deveres e através do acompanhamento e visitas ao leito se dá o processo dos devidos encaminhamentos para o Ministério Público, instituições municipais como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), para que depois do processo de internamento curativo o paciente possa sair do ambiente hospitalar com o seu suposto problema social resolvido, fazendo assim uma prevenção, sensibilizando o individuo e o familiar sobre os riscos de novas doenças no seu processo de alta.

Muitas vezes a demanda chega ao hospital de forma individual, mas que de fato é uma expressão de uma necessidade coletiva associados aos fatores citados anteriormente, podendo ser enfrentados através da organização e mobilização comunitária e de ações que a equipe de saúde pode está fazendo no território, não tratando a doença só no enfretamento curativo, individual e medicamentoso. É preciso que saibamos identificar as reais necessidades do usuário e ir além do processo individual e medicamentoso

O objetivo da atuação é ampliar o olhar ao paciente, não apenas em especificar a doença, ampliando esse olhar nos fatores emocionais, pois a lógica hoje é de ser tratada a doença e não o sujeito. Por isso, é importante que o profissional esteja sempre em busca de conhecimento para se aliar o trabalho multiprofissional. Buscando, entretanto, saber sobre cuidados paliativos oncológicos, saber o que esses fatores trazem fisicamente, psicologicamente ao paciente e a família cuidadora, estando sempre nas entrelinhas e no direcionamento direto ao paciente e a equipe de saúde, pautando um olhar para a questão das expressões sociais dos pacientes.



Todavia exigem do profissional uma atualização constante que não está apenas em reconhecer o direito do paciente e trabalhar com esse direito para que ele seja viabilizado, mas também em entender e compreender as linhas de cuidados sobre a política de saúde, o contexto das políticas sociais, seguridade social e o contexto socioeconômico do país. Tornando-se então desafiador, propositivo e problematizado, buscando empregar a dialética diariamente junto à equipe sobre a importância do serviço social no tratamento do paciente.

Nesse sentido, se faz necessário e importante a atuação do assistente social dentro do âmbito hospitalar, pois como citado, a doença é ocasionada pala ausência de fatores sociais, e diante disso, o profissional de serviço social é o único capaz de ter um olhar ampliado à doença, na busca de solucionar os problemas de vulnerabilidades além do tratamento medicamentoso.

5 ENFRENTAMENTOS E DESAFIOS NA ATUAÇÃO

Sabemos a crise econômica em que o nosso país se encontra atualmente com o governo fazendo cortes nas políticas, tirando sua responsabilidade sobre o investimento nas políticas sociais, exclusivamente falando da política de saúde com a precariedade nos recursos financeiros. Como o assistente social precisa de uma política de saúde ampliada para atuar nas possíveis vulnerabilidades, tornam-se difícil a sua atuação nessa esfera, trazendo a tona os enfretamentos impostos no cotidiano do exercício profissional no âmbito hospitalar.

Esses enfrentamentos estão relacionados à falta de recursos públicos do governo não oferecidos ou bloqueados para o hospital; Lidar com pessoas diariamente com um estado emocional muito elevado também se torna um problema para o assistente social; trabalhar com diversos tipos de expressões sociais como: as violências, saneamento básico, ausência de cuidados, recursos financeiros, moradia, entre outras questões, a fim de minimizar esses problemas se torna desafiador; o rodízio de profissionais também no período dos plantões faz com que o desenvolvimento de suas ações não seja todas realizadas ou de forma correta, tendo em vista uma reorganização desse processo dentro do hospital. Todos esses



embates são postos pela ausência de meios para uma intervenção de qualidade e obtenção de resultados dos casos expostos.

lamamoto (1999) outra vez aponta como um dos maiores desafios, ao profissional de Serviço Social,

O desenvolvimento de sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes do cotidiano. Para tanto se exige hoje um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir no esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado (IAMAMOTO,1999, P.113).

Podemos relatar também que seus desafios impostos estão relacionados ao projeto ético político da profissão, onde se deu a diminuição da empregabilidade e o aumento da miséria através da consolidação do neoliberalismo tornando-se assim os desafios para o assistente social: Reforçar e consolidar este projeto ético político profissional em um terreno profundamente adverso; atualiza-lo ante o novo contexto social, sem abrir mão dos princípios éticos políticos que o norteiam. "Ora, a vitalidade deste projeto encontra-se estreitamente relacionada à capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação de exercício e da formação profissional na concretização dos rumos perseguidos" (IAMAMOTO, 1998).

É importante nos salientarmos de fortalecer e buscar de fato o que significa a "promoção da saúde", que na perspectiva da reforma está relacionada à produção da saúde, que embora pudesse ser pensada, tida como uma ação ou como algo que está ligada ao ideário da nova promoção da saúde, que busca a ideia do empoderamento e o fortalecimento da comunidade numa perspectiva estreita, utilizando esse conceito como estratégia em nível da política de saúde em geral e os seus esforços no sentido da intersetorialidade com as políticas econômicas e as de mais políticas sociais no enfrentamento da determinação social da saúde, bem como na gestão local da política e dos serviços dos profissionais sanitários, com essa junção do processo de



atuação, promoção do bem estar, enfrentamentos e desafios no seu cotidiano na busca da qualidade de vida do indivíduo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que, diante as situações atualmente frente à política pública de saúde, teve-se necessidade de explorar através de pesquisas bibliográficas esse campo de trabalho do assistente social para entender a sua real atuação no âmbito hospitalar frente às expressões da questão social junto aos objetivos de identificar as suas ações, explicar a sua importância e examinar as legislações favoráveis ao trabalho, que foram explorados e adquirido resultados durante o processo de pesquisa.

Torna-se importante essa inserção do Assistente Social no hospital para a identificação das causas que faz com que o individuo procure ajuda médica. Podendo a doença ser causada pela ausência de trabalho, alimentação, habitação, saneamento básico, acidentes, também devido às violências, na maioria das vezes ao idoso, a criança, a mulher. Seja em casa, na rua, na escola. Entre outros fatores.

Então poderemos está colocando e considerando alguns eixos de perspectivas futuras para que possa estar melhorando essa atuação do profissional de serviço social na rede pública de saúde e na melhoria de vida dos indivíduos.

Pode-se estar proporcionando um trabalho em saúde, considerando as condições na melhoria de vida abrangendo a questão do saneamento, educação, qualidade da água, habitação, alimentação adequada, cultura e lazer no cotidiano. Todos os elementos que vão trazer interferências e produzindo essas condições de saúde da população; Em relação à saúde do paciente, o assistente social poderia estar executando meios para a prevenção dos fatores sociais que ocasiona a doença. Uma das ideias seria está se locomovendo até as comunidades na busca de saber como está o ambiente domiciliar e bairro do paciente; Está trazendo ao hospital palestras e discussões sobre os cuidados e os riscos de se adoecer, junto aos outros profissionais, pois é necessário o trabalho em equipe dentro desse âmbito, garantindo a prevenção; Educação e saúde, trabalhando temas sociais que vão está aparecendo



com a questão das violências, da saúde do trabalhador, da saúde mental entre vários outros temas importantes a serem discutidos; Para uma melhor intervenção do assistente social nesse processo, a ampliação das políticas sociais seria essencial para solucionar a questão da população mais vulnerável; Outro ponto a ser colocado seria a contratação de mais profissionais do serviço social dentro desses hospitais, haja em vista que um profissional se torna muito pouco para toda a demanda fornecida nos plantões.

Estas então seriam algumas melhorias que poderiam ser feitas para que pudéssemos garantir o tratamento e a prevenção da doença do indivíduo, não só no processo medicamentoso, mas também no debate partindo das palestras e orientações para a promoção da saúde.

Por tanto, conclui-se que a saúde é construída a partir de necessidades históricas e socialmente determinada que o assistente social a defende como direito de todo cidadão e dever do Estado, propondo-se a contribuir para essa garantia através do fortalecimento de seus princípios de universalidade, equidade e integralidade, dando-se através da questão social a sua atuação profissional.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês S. Saúde e Serviço Social. 2 edição. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro, 2006.

BEZERRA E ARAÚJO, S.O. M. A. As (re) configurações das demandas ao serviço social no âmbito dos serviços públicos de saúde. Rio de janeiro, 2007^a, Pag. 78.

BRASIL, BRASÍLIA, Constituição Federal. Art. 196, 1988.

BRASÍLIA, CFESS, Lei de Regulamentação da Profissão, n° 8.662; Art. 04, 05, 1993. CRESS, Conselho Regional de Serviço Social. 7° Região, Rio de Janeiro.

Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Brasília, 2010.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social: Código de Ética Profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1986.



COSTA, Maria Dalva Horácio. O Trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos assistentes sociais. Serviço Social e Sociedade, n. 62, São Paulo, 2000ª, p. 62-63.

GUERRA, Y. A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999, P. 113.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985c. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas). MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASÍLIA. Carta dos direitos dos usuários da saúde. 2° edição, 2017.

VASCONCELOS, E. M. A priorização das famílias nas políticas de saúde. Revista de APS, Juiz de Fora, 2000.